

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: DESAFIOS E
PRÁTICAS PROFISSIONAIS**

FRANCIELI RAQUEL SILVA RODRIGUES

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DO CAPITALISMO NEOLIBERAL: DESAFIOS E
PRÁTICAS PROFISSIONAIS**

FRANCIELI RAQUEL SILVA RODRIGUES

Sob a Orientação do Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira (I|GEO-UFRRJ)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ
Novembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Biblioteca Central / Seção de
Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pela autora

R696s Rodrigues, Francieli Raquel Silva, 1998-
O Serviço Social no contexto do capitalismo
neoliberal: desafios e práticas profissionais /
Francieli Raquel Silva Rodrigues. - Queimados, 2024.
51 f.

Orientador: Leandro Dias de Oliveira. Trabalho
de conclusão de curso (Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2024.

1. Serviço Social. 2. Neoliberalismo. 3. Questão
social. 4. Políticas sociais. 5. trabalho
profissional. I. Oliveira, Leandro Dias de, 1979-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Serviço Social III. Título.



ATA Nº 5764/2024 - PROPPG (12.28.01.18)

Nº do Protocolo: 23083.066793/2024-38

Seropédica-RJ, 02 de dezembro de 2024.

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO

No segundo dia do mês de dezembro do ano de 2024, às 15 horas, através da plataforma Google Meet, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ? UFRRJ, foi instalada a Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da/o Aluna/o Francieli Raquel Silva Rodrigues, Matrícula 2018405134, que apresentou o trabalho intitulado "O Serviço Social no Capitalismo Neoliberal: Desafios e Práticas Profissionais".

A Banca Examinadora foi composta pela Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira (presidente), pela Prof.^a Dr.^a Simone da Cunha Tourino Barros (examinadora 1) e pelo Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho (examinador 2).

Abrindo a sessão, a presidente da comissão, após dar a conhecer aos presentes os procedimentos para a condução dos trabalhos, passou a palavra a aluna/o, que fez a apresentação do seu Trabalho de Conclusão de Curso. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da/o candidata/o. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata/o e do público, para julgamento e expedição do resultado final.

Sendo a/o candidata/o considerada **Aprovada**.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Banca. Nada mais havendo a tratar, a/o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Presidente: Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira.
Examinadora 1: Prof.^a Dr.^a Simone da Cunha Tourino Barros.
Examinador 2: Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho.
Discente: Francieli Raquel Silva Rodrigues.

(Assinado digitalmente em 02/12/2024

16:19)

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO
PROPPG (12.28.01.18)
Matrícula: ###863#8

(Assinado digitalmente em 07/12/2024

19:34)

MAURILIO LIMA BOTELHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: ###854#7

(Assinado digitalmente em 02/12/2024

18:17)

SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS

ASSINANTE
EXTERNO CPF:
###.###.017-##

(Assinado digitalmente em 02/12/2024

20:12)

FRANCIELI RAQUEL SILVA RODRIGUES

DISCENTE
Matrícula: 2018#####4

Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre foi minha fonte de amor e inspiração. Seu amor me guia todos os dias, e sou eternamente grata por tudo que fez e continua fazendo por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e saúde durante todo esse processo. Aos meus pais, especialmente minha mãe, Elaine, que sempre esteve ao meu lado sendo minha maior inspiração e porto seguro.

Ao meu melhor amigo e companheiro Paulo, por acreditar em mim mesmo quando eu duvidei, oferecendo palavras de conforto e apoio emocional.

Aos meus amigos, que tornaram a graduação mais leve, com carinho especial para Thaiane, com quem compartilhei todos os desafios e conquistas deste momento.

Ao meu orientador, Leandro Dias, pela paciência e contribuição essencial para conclusão deste trabalho.

À professora Simone Tourino, que não só contribuiu de forma fundamental para a construção deste Trabalho de Conclusão de curso (TCC), mas também sendo carinhosa e paciente.

A banca avaliadora, por gentilmente aceitar fazer o convite para compor este momento tão importante.

E por fim, aos meus professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRR), que ao longo dos anos compartilharam seus conhecimentos e experiências, tornando minha trajetória acadêmica mais rica e significativa.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar os impactos do desenvolvimento do capitalismo, com ênfase no neoliberalismo, sobre a 'questão social', as políticas sociais e a precarização do trabalho. Os resultados obtidos mostram que o neoliberalismo não apenas aprofundou as desigualdades sociais, como também fragilizou os direitos fundamentais e precarizou as relações de trabalho, criando novos desafios para a atuação do Serviço Social. À medida que o modelo econômico neoliberal avança, as camadas mais vulneráveis da população enfrentam um aumento da exclusão social e uma redução no acesso a direitos, reforçando a importância de uma atuação crítica e comprometida do assistente social. Conclui-se que, apesar dos obstáculos, a profissão permanece essencial para a construção de uma sociedade mais justa, pois está alicerçada na defesa dos direitos humanos, da justiça social e da cidadania.

Palavras- chave: Serviço Social; neoliberalismo; questão social; políticas sociais; trabalho profissional.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to analyze the impacts of the development of capitalism, with an emphasis on neoliberalism, on the 'social issue', social policies and the precariousness of work. The results obtained show that neoliberalism not only deepened social inequalities, but also weakened fundamental rights and made labor relations precarious, creating new challenges for Social Service performance. As the neoliberal economic model advances, the most vulnerable sections of the population face an increase in social exclusion and a reduction in access to rights, reinforcing the importance of critical and committed action by social workers. It is concluded that, despite the obstacles, the profession remains essential for the construction of a fairer society, as it is based on the defense of human rights, social justice and citizenship.

Keywords: Social Work; neoliberalism; social issue; social policies; professional work.

LISTA DE SIGLAS

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

CF Constituição Federal

CREAS Centro de Referência Especializado em Assistência Social

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDB Movimento Democrático Brasileiro

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NA “QUESTÃO SOCIAL”	13
2.1 Do capitalismo industrial ao neoliberalismo: transformações e impactos na “questão social”	13
2.2 As Políticas Sociais no Capitalismo Neoliberal: Características e Desafios	18
2.3 A Precarização do trabalho e Neoliberalismo	25
3 TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO NEOLIBERAL	32
3.1 As dimensões constitutivas do trabalho profissional	32
3.2 Atribuições e competências profissionais.....	36
3.3 Desafios profissionais na contemporaneidade.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5 REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como proposta abordar a temática “O Serviço Social no Contexto do Capitalismo Neoliberal: Desafios e Práticas Profissionais”. Em face do avanço neoliberal, esta pesquisa se mostra fundamental para compreender as significativas transformações na gestão do Estado, nas relações de trabalho e na distribuição de recursos, buscando evidenciar as dinâmicas e desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social neste contexto desafiador. Nesse sentido, destaca-se que a lógica econômica neoliberal, produz reflexos negativos para a população, evidenciando as disparidades sociais e enfraquecendo a qualidade dos serviços públicos. As transformações econômicas e sociais impactam diretamente as camadas mais vulneráveis da sociedade, gerando novas demandas para o trabalho do assistente social.

Inicialmente, o tema do trabalho estava voltado para uma análise ampla do desenvolvimento do capitalismo e suas transformações econômicas e sociais. Contudo, a partir de orientações e discussões em sala de aula, percebi a necessidade de redefinir o foco para os impactos do neoliberalismo, especialmente nas políticas sociais e nas práticas profissionais. Essa mudança de direção contribuiu para um maior entendimento e relevância do tema, além de compreender as implicações diretas no trabalho do assistente social frente às dinâmicas neoliberais.

Ademais, a escolha desta temática também se relaciona com minha experiência prática em estágios realizados nos municípios de Seropédica, na UPA 24h, e em Nova Iguaçu, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Moquetá. Esses momentos foram cruciais para despertar meu interesse pelos desafios enfrentados no âmbito das políticas sociais e pela atuação profissional do Serviço Social em contextos de vulnerabilidade.

Diante do cenário global de transformações econômicas e políticas, essa pesquisa justifica-se pela relevância social e profissional da temática. Avaliar as mudanças advindas da emergência do neoliberalismo permite entender que a sua relação direta com o aumento das desigualdades sociais, precarização do trabalho e enfraquecimento das políticas sociais, especialmente no contexto como o Brasil. Igualmente é relevante

destacar os desafios enfrentados por grupos em maior situação de risco. Dessa forma, o trabalho do assistente social precisa se reinventar para responder à precarização e às novas demandas que surgem no contexto neoliberal. Além disso, o estudo amplia o debate acadêmico sobre os impactos neoliberais, contribuindo para uma visão crítica e fundamentada na área do Serviço Social.

Diante disso, as questões que emergem são: como o neoliberalismo tem impactado as políticas sociais e as práticas profissionais dos assistentes sociais, gerando desafios para a garantia dos direitos sociais e a proteção das populações mais vulneráveis? De que forma a precarização do trabalho no contexto neoliberal tem afetado a atuação profissional e quais são as implicações dessas transformações para o acesso aos direitos?

Assim, o objetivo da pesquisa é examinar os impactos do desenvolvimento do capitalismo, com destaque para o neoliberalismo, nas políticas sociais e as práticas da profissão do assistente social. Além disso, também buscou solucionar esse problema apresentando por três objetivos principais: avaliar as transformações recentes advindas da emergência do neoliberalismo e seus reflexos na “questão social”, no qual o foco será entender a transição do capitalismo para o neoliberalismo, e como impactou a “questão social”, destacando as mudanças nas políticas sociais. Essa abordagem será histórica e analítica, investigando o principal marco dessa transformação, contribuindo para uma análise crítica ao mostrar como essas mudanças agravaram as desigualdades, ampliando a pobreza e a marginalização das classes mais vulneráveis.

O segundo objetivo específico busca estudar a precarização do trabalho, que se concentrará no fenômeno sob a ótica neoliberal, observando suas manifestações na redução de direitos trabalhistas, no aumento da informalidade e na flexibilização das relações de trabalho. Será feita uma análise crítica das implicações de trabalho, considerando a diminuição de recursos e aumento das demandas estatais. Este objetivo contribuirá para compreender as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de Serviço Social no atual contexto, refletindo sobre como a precarização afeta o exercício da profissão. E por fim, analisar as dimensões constituídas do trabalho do assistente social, as demandas contemporâneas impostas pelo neoliberalismo, concentrando-se nas

mudanças nas atribuições profissionais, em que o objetivo será explorar as novas demandas do mercado.

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, este trabalho de conclusão de curso (TCC) foi estruturado em dois capítulos: no primeiro serão abordados as transformações societárias contemporâneas e seus impactos no trabalho e nas políticas públicas, com foco na “questão social”, nas políticas sociais, compreendendo suas características e desafios; a precarização do trabalho dentro desse contexto. Já no segundo, o trabalho profissional do Serviço Social, destacando as dimensões constitutivas da profissão, as atribuições e competências profissionais e os desafios contemporâneos.

A metodologia desta pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e documental. Esse tipo de abordagem permite compreender de forma aprofundada os fenômenos relacionados ao tema, igualmente, visa entender como essas mudanças refletem no trabalho do assistente social. Fundamentada em materiais teóricos, possibilitando a construção de uma visão crítica e interdisciplinar. Ao adotar essa abordagem, espera-se que o trabalho contribua para um debate fundamentado sobre os desafios profissionais enfrentados pelos profissionais de Serviço Social.

Em vista disso, em função do extenso campo de estudos sobre os impactos do neoliberalismo na sociedade capitalista, a realização deste estudo pode representar uma contribuição relevante para o aprofundamento da minha graduação, e futuramente como profissional poderá me ajudar com uma atuação voltada para promoção da justiça social e a defesa da equidade de direitos.

2 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS E SEUS IMPACTOS NA “QUESTÃO SOCIAL”

Desde sua consolidação como sistema econômico predominante, o capitalismo passou por diferentes fases que moldaram a organização social e econômica da sociedade. Do período do capitalismo industrial, marcado pela Revolução Industrial, até a ascensão do neoliberalismo, ocorreram mudanças estruturais que redefiniram as relações de trabalho, o papel do Estado e as condições de vida. Este item busca analisar essas transformações, com ênfase nos impactos da transição para o neoliberalismo sobre a “questão social”, destacando o aprofundamento das desigualdades e a fragilização dos direitos sociais.

2.1 Do capitalismo industrial ao neoliberalismo: transformações e impactos na “questão social”

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, acarretou diversas transformações relacionadas ao modo de produção do capital. Neste ínterim, a “Questão Social” se intensificou, tornando suas expressões ainda mais visíveis. Para Hobsbawm (2011), esse período não foi apenas uma aceleração do aumento econômico, mas foi uma aceleração devido à transformação social e econômica. Essas mudanças deram início à produção industrial em larga escala, substituindo o trabalho manufatureiro para uma economia industrial.

À medida que o capitalismo se desenvolvia, novas formas de trabalho surgiram, no qual os trabalhadores foram inseridos no sistema fabril, estabelecendo uma exploração sistêmica. O crescimento econômico e a transição agrária para uma economia operacional consolidaram a exploração, resultando na ampliação de diferenças entre o valor produzido e pago como salário – mais-valia – e dessa forma, elevando a acumulação do capital (Marx, 1988).

Diante dessas transformações, a Grande Depressão de 1929 gerou questionamentos sobre a capacidade do mercado de se autorregular e, nesse período, o

liberalismo clássico¹ sofreu grande impacto com a crise econômica. A corrente ideológica se dividiu em duas ramificações, uma delas leva em consideração a liberdade individual como objetivo final, desconsiderando as consequências da “questão social”, e outra visa vincular a liberdade individual ao bem-estar coletivo, fomentando eventuais reformas sociais. No entanto, surgiram críticas, especialmente em relação ao individualismo extremo e seus efeitos prejudiciais, no qual é adotada de complexidades e tensões, que por sua vez, está longe de exercer uma solução harmônica, revelando-se problemática em diversas dimensões sociais e políticas. As críticas apontadas sinalizam a divergência entre a teoria da concorrência livre e a prática de mercados desregulados, no qual a “mão invisível” torna-se uma extensão do poder econômico (Dardot; Laval, 2016).

Nesse panorama, a doutrina liberal dominante defendia teorias como a liberdade de comércio, a propriedade privada e a crença nos valores do equilíbrio de mercado. Entretanto, embora tenha sido amplamente adotada como base econômica, os eventos desastrosos da Primeira Guerra Mundial (1914- 1918) provocaram contradições que conduziram a uma reformulação da política econômica liberal. É nesse contexto que o keynesianismo, desenvolvido por John Maynard Keynes, surge como resposta inovadora às lacunas do liberalismo clássico. Ao contrário da doutrina liberal, Keynes defendia uma maior intervenção estatal na economia, tendo em vista que as desigualdades resultantes do capitalismo e do crescimento industrial criaram um ambiente propício para conflitos sociais (Burginski, 2018).

A virada neoliberal ocorreu quando o Estado, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pretendia impedir o retorno das condições desfavoráveis ao poder capitalista, no qual havia imposto a necessidade de controle estatal e políticas keynesianas para evitar o colapso econômico (Dardot; Laval, 2016). Para Harvey (2008), o neoliberalismo é uma teoria que busca reformular práticas políticas e econômicas, propondo que, para o alcance do bem-estar social, é necessário liberar as liberdades e capacidades empreendedoras individuais dentro da estrutura institucional que assegura direitos sólidos à propriedade privada. Nessa perspectiva, é de responsabilidade do

¹ A obra “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776, pelo filósofo e economista político escocês Adam Smith, é reconhecida como um divisor de águas no que se refere à gênese do liberalismo econômico, trazendo a perspectiva de liberdade individual (Hofling, 2001, p.35).

Estado gerar e proteger uma configuração adequada para as políticas, assegurando a qualidade e integridade do dinheiro.

Por mais que o discurso neoliberal exalte a autonomia do indivíduo, é o próprio Estado que sustenta essa liberdade ao impor regras que garantam o funcionamento do mercado (Harvey, 2016). A interferência estatal, além de manifestar-se como resposta à crise capitalista, agindo com mecanismos de controle e regulamentação da economia, também visava promover o crescimento econômico juntamente com empregos, salários justos e proteção por meio do Estado de bem-estar social (Ipea, 2010).

A corrente neoliberal tem objetivo de promover o não-controle do mercado, exacerbando a exploração da força de trabalho, onde a desregulamentação não é somente uma resposta às demandas do mercado, bem como uma consequência das modificações que ocorreram na Revolução Industrial, que expõem impactos profundos e complexos na relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o agravamento da “questão social”.

Segundo Castel (2003), a “questão social” representa o resultado das fragilidades dos vínculos sociais e da exclusão progressiva de indivíduos dos sistemas de integração, como o mercado de trabalho e os mecanismos de proteção social. Iamamoto (2000) corrobora esse pensamento ao analisar como um conjunto de desigualdades presentes na sociedade, contudo, não pode ser reduzida exclusivamente às contradições econômicas; ao contrário, engloba as dinâmicas de precariedade e desfiliação, que ameaçam a coesão social ao longo das transformações históricas do capitalismo. Refletindo a sociedade capitalista, a mão de obra é tida como mercadoria pela classe dominante, no qual as expressões da “questão social” que procedem da exploração da força de trabalho se manifestam de diversas formas. Iamamoto explica:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformidade e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais (Iamamoto, 2010, p. 160).

Com base neste pensamento, a “questão social”² não deve ser vista apenas como formas distintas da desigualdade, mas sim como uma contradição central que permeia a sociedade capitalista contemporânea. Essa contradição se dá, principalmente, entre a classe trabalhadora e a classe dominante, no modo e nas condições de existência de diferentes grupos sociais (Moreira, 2019). Ademais, as expressões da “questão social” não podem ser reduzidas apenas na identificação do problema, pois é um processo contínuo de confrontos entre a desigualdade e a produção, é um fenômeno multifacetado e dinâmico, refletindo suas expressões (Iamamoto, 2000).

Yazbek (2001), reforça esse ponto de vista ao afirmar que a “questão social” tem implicação direta na vida material dos indivíduos, como a falta de acessos a serviços básicos (saúde, educação, moradia). As condições econômicas e políticas influenciam e moldam a realidade material dos sujeitos, no qual há ligação profunda entre a exclusão social e a pobreza. A exclusão não é um fenômeno linear, mas sim o produto de uma progressiva desconexão dos indivíduos das redes de proteção e integração social (Castel, 2003).

A exclusão, antes entendida apenas como marginalização econômica, se amplia para abranger dimensões culturais, políticas e simbólicas. Esse fenômeno está diretamente relacionado à fragmentação dos vínculos sociais, agravada por mudanças estruturais nas relações de trabalho, no papel do Estado e nos sistemas de proteção social (Behring, 2003). Por esse prisma, o sistema econômico e social é excludente, principalmente no contexto de mudanças neoliberais, em que a pobreza é frequentemente naturalizada, e desconsiderada como um problema presente na estrutura dessa ideologia, que enxerga a desigualdade como um efeito viável da expansão capitalista.

Castel (2003) identifica três estágios principais da “questão social”: a sociedade de integração, marcada pela institucionalização de vínculos sociais e laborais; a sociedade de desregulação, que emerge com a crise do Welfare State; e, finalmente, a

² Para José Paulo Netto, a “questão social” é compreendida como o conjunto das expressões das desigualdades, contradições e antagonismos que emergem no processo de organização da sociedade capitalista. Está relacionada às condições de exploração da força de trabalho e às formas de exclusão e marginalização social decorrentes da estrutura econômica capitalista. Não se trata de um fenômeno natural, mas de uma construção histórica e estruturante do capitalismo, sendo inerente ao modo de produção capitalista, pois resulta da lógica de acumulação e exploração (Netto, 2001).

ascensão da precariedade como uma condição estrutural, evidenciando a vulnerabilidade de grandes contingentes populacionais.

Essa articulação teórica propõe que a “questão social” deve ser entendida como uma categoria multidimensional, que abrange desde as contradições econômicas do capitalismo até as fragilidades subjetivas e simbólicas geradas por transformações históricas nos sistemas de integração social. Assim, oferece uma base sólida para a construção de respostas políticas que contemplem a complexidade das desigualdades contemporâneas e promovam a inclusão em todas as suas dimensões (Castel, 2003; Behring, 2003).

Além disso, emerge a necessidade de compreender o papel do conservadorismo nesse contexto, indo além da categoria da luta de classes. O conservadorismo, neste cenário, não apenas reforça as divisões econômicas, mas também age como um instrumento de manutenção da ordem social e preservação dos privilégios das elites econômicas e políticas. Essa força conservadora atravessa diferentes dimensões – econômicas, culturais e políticas – e opera como uma barreira à mobilização coletiva, restringindo a capacidade das classes trabalhadoras de articular respostas amplas às crises contemporâneas. Sob essa perspectiva, o conservadorismo – que segundo David Harvey (2016), se vincula fortemente ao neoliberalismo desde o início do século XXI – pode ser entendido como um mecanismo que perpetua desigualdades estruturais ao naturalizar hierarquias sociais e culturais, muitas vezes por meio de discursos de meritocracia, eficiência econômica e “austeridade fiscal”. Ele dificulta a formação de alianças entre os setores subalternos ao fragmentar a sociedade e reforçar identidades que legitimam as desigualdades. Essa abordagem amplia a compreensão da “questão social”, pois evidencia que a luta por direitos universais não é apenas um confronto econômico, mas também cultural e simbólico (Santos, 2019).

Portanto, as metamorfoses da “questão social” estão intimamente ligadas às transformações históricas do capitalismo. As modificações que ocorreram na Revolução Industrial até o neoliberalismo moldaram a “questão social”, evidenciando as desigualdades e a tensão entre as classes. Essa transição não apenas reconfigura as relações de trabalho, como também evidencia a necessidade de uma intervenção estatal para mediar os conflitos sociais gerados pela exploração sistêmica. A “questão social”,

compreendida como um reflexo das contradições, destaca as implicações dessas transformações que foram fundamentais para entender os desafios impostos por essa nova lógica econômica.

2.2 As Políticas Sociais no Capitalismo Neoliberal: Características e Desafios

A Constituição Brasileira de 1988 foi uma virada histórica na garantia de direitos humanos, pois instituiu a responsabilidade do Estado com as políticas sociais. Esse ponto chave simboliza um processo importante, consolidando a atuação do Estado como regulador e executor nas políticas de bem-estar social. Todavia, os avanços do capitalismo neoliberal, deram destaque a cortes de gastos e privatizações de serviços, trazendo desafios complexos para a realização dessas políticas. Neste item, serão discutidas as características das políticas sociais juntamente com os desafios impostos para a sua formulação e execução.

No dia 5 de outubro de 1988, o ato de promulgação da Constituição Brasileira, conhecida como “Constituição Cidadã”, representou um marco legal e histórico para o Brasil, estabelecendo um horizonte democrático após mais de 20 anos de ditadura militar. Esse ponto de transformação foi fundamental, sinalizando uma separação visível entre essas fases (Castro; Ribeiro, 2008). O documento constitucional ampliou as liberdades individuais e coletivas, identificadas no direito à saúde, à educação e à assistência, definindo-as como responsabilidades do Estado. Impulsionando avanços notáveis, consolidando os direitos humanos, garantindo a liberdade de expressão, votos diretos e direitos trabalhistas (CF, 1988). As políticas sociais no Brasil emergiram em contextos de crise e pressão social, no qual as contradições do capitalismo brasileiro, acentuadas pelas crises econômicas e concentração de renda, continuam a limitar a efetivação desses direitos (Behring, 2003).

Diante desse processo de redemocratização e reorganização da sociedade civil, houve um destaque significativo na reforma das políticas, em que a agenda política nesse período procurou redefinir as políticas públicas que sob a ditadura militar, tinha como características práticas autoritárias e uma abordagem que desconsiderava as consequências sociais (Fagnani, 2016). A partir desse marco, a formulação de políticas públicas tornou-se essencial para garantir que os direitos assegurados na Constituição

fossem efetivamente executados e atendidos. Para Maria das Graças Rua (2009), as políticas públicas são constituídas para enfrentar a distribuição de recursos públicos com o intuito de reduzir conflitos sociais. Isto é, o governo deve funcionar como intermediário em disputas que podem manifestar-se em como os bens e serviços são alocados, buscando soluções que sejam harmoniosas e justas para todos os cidadãos. A formulação da política é, portanto, um método que tem como objetivo a negociação em concordância em vez da imposição de soluções, refletindo uma abordagem democrática e acessível na gestão pública.

Essa perspectiva acerca das políticas públicas também é encontrada na reflexão de Cardoso (2010), que destaca a sociedade latino-americana explorando suas dinâmicas sociais, evidenciando a importância de políticas universais, como educação e saúde, para beneficiar os grupos vulneráveis da sociedade. Nesta realidade, para Demo (1995), é fundamental considerar as dinâmicas econômicas que afetam a população, no qual o desenvolvimento econômico precisa ser vinculado às questões específicas. Este pensamento relacionado à economia e às políticas não deve ser isolado. Ao contrário, eles precisam ser analisados juntos, para uma maior compreensão do desenvolvimento sustentável e do bem-estar social. A fragilidade dos vínculos sociais, combinada com a crítica ao neoliberalismo, aponta para a necessidade de políticas públicas que promovam não apenas a mitigação dos efeitos das crises capitalistas, mas também a reinserção e o fortalecimento das relações sociais como base para a cidadania plena (Castel, 2003; Behring, 2003).

Assim, enquanto as políticas sociais são analisadas à luz da economia, é importante reconhecer que o sistema econômico por sua vez, molda e configura o desenvolvimento de políticas, destacando que modelo econômico neoliberal está vinculado com a ação política e as dinâmicas de mercado. A teoria keynesiana exerce influência na economia e nas políticas principalmente no que diz respeito ao papel do Estado. Essa abordagem defende que em situações de crises, o Estado deve intervir na economia, pois o mercado não é capaz de se autorregular. Para Braide (2014), o keynesianismo desempenha um papel fundamental na formulação de políticas, enfatizando o papel do Estado como mecanismo regulador. Essa visão pressupõe que

frente às limitações do mercado, o Estado deve agir estrategicamente garantindo não só a oferta de serviços essenciais, mas também a proteção social da população.

De acordo com Behring (2003), as medidas neoliberais, especialmente implementadas a partir da década de 1990, têm como objetivo reduzir o papel do Estado na oferta de direitos universais, priorizando modelos focalizados e privatizados. Esse ponto de vista fragmenta a cidadania e enfraquece os direitos sociais como instrumentos de combate às desigualdades estruturais. Assim, o neoliberalismo “redefine a política social, transformando-a em um privilégio, e não em um direito” (Behring, 2003, p. 67). Dessa forma, a política social se insere como uma resposta às contradições do capitalismo, especialmente no que diz respeito à precarização da vida da classe trabalhadora e à instabilidade econômica inerente ao sistema. Além disso, funciona, em grande medida, como um mecanismo de contenção, ajudando a mitigar os efeitos mais graves das crises capitalistas. Porém, os limites desse mecanismo, especialmente sob a hegemonia neoliberal, “deixam de ser instrumentos de emancipação e se tornam peças de ajuste fiscal” (Behring, 2003, p. 45).

Em decorrência das influências neoliberais e capitalistas, surgiram novas discussões sobre como combater a pobreza, e durante a mudança no sistema econômico para o modelo neoliberal, houveram conflitos sobre a eficácia das políticas e sua competência para o enfrentamento de desigualdades. A partir dessa perspectiva, as políticas universais destacam a exigência de analisar as políticas sociais, que integram esse quadro extenso e visam responder às demandas específicas da população. Entre as políticas públicas, as políticas sociais se destacam como as que mais se concentram na oferta de bens e serviços essenciais para a população (Castro; Ribeiro, 2008). Portanto, situado dentro do contexto histórico do capitalismo e suas dinâmicas, Behring (2003), explora que a política social não é uma dádiva do Estado, mas sim uma conquista da classe trabalhadora ao longo de suas lutas históricas, no qual é uma resposta às contradições estruturais do sistema capitalista, mas também como um instrumento de contenção da instabilidade social.

A Constituição de 1988 define as políticas sociais como ações estabelecidas pelo governo, a fim de garantir que a população tenha acesso a serviços básicos e direitos fundamentais. São voltadas para o bem-estar social, promovendo uma vida digna e

dessa forma, minimizando as desigualdades sociais. Elas se referem a educação, a saúde, segurança, previdência social, trabalho, lazer, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (CF, 1988). Enquanto Behring (2003) aponta que os direitos sociais refletem uma combinação de interesses contraditórios, Castro (2012) complementa ao destacar que não há uma compreensão única ou um acordo sobre como as políticas sociais são caracterizadas. Isso ocorre, em parte, pelo fato de que nenhuma base teórica pode ser considerada totalmente isolada de entraves ou limitações. Coimbra (1987) aponta que não existe um conceito referente à política social nas principais abordagens e que todos os enfoques teóricos na análise da política social, por mais variados e se equiparam na utilização de definições complementares e pobres. A diversidade de perspectivas pode incluir, por exemplo, debates sobre a função do Estado na promoção do bem-estar social, na regulamentação da economia, ou na proteção dos direitos dos cidadãos. A subjetividade da definição pode variar de acordo com as ideologias e experiências de indivíduos ou grupos sociais e políticos.

Embora o Estado tenha certa autonomia para agir e se responsabilizar por mediar às políticas, suas decisões são limitadas, impactadas por diversas influências, como pressões de grupos sociais, políticos e econômicos (Castro, 2012). Assim, o Estado é um campo de disputas entre forças sociais antagônicas, sendo tanto um instrumento da classe dominante quanto um espaço potencial para conquistas populares. A eficácia e o alcance das políticas sociais dependem diretamente da organização e da mobilização das classes trabalhadoras (Behring, 2003).

Citado anteriormente, há discussões importantes em relação ao papel do Estado frente às políticas, no qual o seu papel se relaciona diretamente à manutenção das relações capitalistas, exercendo um papel regulador, por meio da política social (Hofling, 2001). Considerando a organização neoliberal, as políticas sociais são vistas como problemáticas, tidas como “um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade” (Hofling, 2001, p. 37). De tal maneira, comprometendo o funcionamento do mercado, impondo regulamentações que frequentemente limitam a livre economia. Hofling complementa:

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em

programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder – e frequentemente, não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade (Hofling, 2001, p. 39)

Com a desintegração de custos de reformas, a esfera pública é forçada a reduzir gastos, a fim de enfrentar a contradição da economia. Outro aspecto das diretrizes neoliberais é a privatização integral ou parcial dos espaços coletivos, provocando uma instabilidade aos serviços disponibilizados, considerando que os de qualidade superior são voltados para aqueles que têm condições, ao mesmo tempo, os de menor qualidade são oferecidos para quem necessita do acesso e não possui recursos financeiros. Dessa maneira, a focalização, onde os serviços sociais e públicos devem ser direcionados aos pobres, de maneira comprovada, exclui grande parte da classe trabalhadora (Soares, 2002). Para Behring (2003), os programas focalizados, embora importantes para atender necessidades emergenciais, não conseguem enfrentar as raízes das desigualdades sociais. Isto, pois, a “focalização reforça a lógica da exclusão, tratando apenas os sintomas da pobreza enquanto ignora suas causas estruturais” (Behring, 2003, p. 145). Assim, a autora defende um modelo universalista, no qual os direitos sociais sejam garantidos a todos os cidadãos, sem discriminação ou barreiras de acesso.

Quanto ao desmonte de políticas sociais, os países da América Latina sofreram com condições de pobreza e exclusão social, enfrentando novas condições de desigualdades, provenientes das políticas neoliberais. O processo de desmonte e o avanço da lógica do mercado, está diretamente ligado a regulamentação da vida social, que nesse contexto, o capitalismo tardio transcende as desigualdades econômicas e abarca processos de exclusão mais complexos, como o enfraquecimento dos laços comunitários, a instabilidade laboral e a erosão das redes de proteção social (Castel, 2003; Behring, 2003).

Desse modo, a busca por serviços e benefícios sociais se depara com a diminuição dos gastos públicos em relação às políticas sociais, considerando a distribuição de recursos financeiros. Esse declínio dos avanços conquistados pelos movimentos sociais e o desmonte da Seguridade Social, em conjunto com o ataque aos serviços públicos, deterioram a situação da população, causando desigualdades sociais. Os direitos até então garantidos na Constituição de 88, nesse contexto, tornam-se

mercadorias reguladas exclusivamente pelo mercado, transferindo o papel do Estado para o setor privado ou organizações do Terceiro setor (Soares, 2002).

Ao longo das últimas décadas, as políticas sociais enfrentaram um conjunto complexo de desafios, decorrentes da instabilidade de recursos e a necessidade de adaptação frente ao contexto neoliberal. Sendo assim, muitos entraves passaram a existir, na realidade brasileira, quanto à formulação e execução de políticas sociais. Castro e Ribeiro (2008) explicam que, após o marco de 88, as políticas sociais tiveram sua implementação adiada, por diversos fatores, no qual não houve o ajuste do Ministério da Seguridade, obtendo atraso na ratificação de leis estruturais. Essa observação evidencia que ocorreu uma movimentação de alterações nos regulamentos de políticas sociais, que com o passar do tempo, variou entre as dinâmicas nos direitos e nos retrocessos de serviços básicos, assim, a agenda neoliberal foi responsável por fazer reformas constitucionais, ocasionando mudanças nas políticas sociais.

Segundo Mito e Nogueira (2013), existem diversos desafios para a execução de políticas, no qual as reformas feitas influenciaram nas perspectivas da sociedade quanto aos direitos sociais, indicando que houve uma descontinuidade nas propostas fundamentais da Seguridade Social. Igualmente, outro desafio imposto por essa doutrina, é vincular o crescimento econômico com a distribuição de renda (Castro; Ribeiro, 2008). É essencial observar as políticas sociais por essa ótica, tendo em vista que o crescimento econômico, quando aliado a uma distribuição mais equitativa de renda, possibilita a geração de recursos. Logo, é fundamental que as políticas públicas enfrentem não apenas os efeitos econômicos das crises, mas também as dimensões culturais, políticas e simbólicas da exclusão, promovendo a reconstrução dos vínculos sociais e a inclusão efetiva dos indivíduos na sociedade (Behring, 2003).

No caso da sociedade brasileira, há uma carência de órgãos de constituição aptos para reunir e proteger os direitos sociais assegurados na CF/88. Outro ponto que vale destaque é a fragilização da Assembleia Nacional Constituinte, o que mitigou o controle do Parlamento. Diante dessa configuração, houve uma reorganização ou enfraquecimento nas estruturas de controle e gestão, especialmente nas políticas sociais, no qual o Parlamento perdeu parte de sua capacidade de influenciar diretamente nas políticas sociais. A resistência política, e fragmentação de diferentes esferas do governo

corroboram para o enfraquecimento das ações do Estado e a efetividade de transformar a realidade social (Castro; Ribeiro, 2008).

Behring (2003), inclui uma chamada à ação política, destacando que a luta por políticas sociais efetivas e emancipadoras deve estar vinculada a um projeto político mais amplo, que busque superar as contradições do capitalismo. Enfatizando que é fundamental articular a política social com uma perspectiva de transformação estrutural, que coloque as necessidades humanas acima dos interesses do mercado. As políticas sociais são moldadas pelas correlações de forças em cada momento histórico, sendo, portanto, um campo de disputa política. Sob a hegemonia neoliberal, a transformação das políticas sociais em mecanismos de ajuste fiscal, fragmentam a cidadania e enfraquecem sua função emancipatória (Behring, 2003).

As políticas sociais devem ser concebidas como respostas complexas que não apenas mitigam os efeitos da exclusão, mas também atuam na reconstrução dos vínculos sociais e na reintegração dos indivíduos à sociedade. Castel argumenta que a exclusão não se limita à pobreza ou à ausência de recursos materiais, mas é também o resultado da fragilidade das conexões institucionais e sociais que sustentam o pertencimento coletivo. Nesse sentido, as políticas devem priorizar a reintegração por meio do fortalecimento de redes de proteção social e da promoção de condições que garantam a autonomia dos cidadãos (Castel, 2003). Além disso, enfatiza que políticas sociais efetivas devem transcender o assistencialismo, que muitas vezes trata apenas os sintomas da exclusão sem abordar suas causas estruturais. Para ele, é fundamental criar mecanismos que assegurem a integração de indivíduos nas redes de trabalho, educação e proteção social.

Essa perspectiva está alinhada com sua análise das "zonas de vulnerabilidade", que indicam a necessidade de políticas capazes de estabilizar a vida dos indivíduos antes que eles sejam empurrados para a exclusão total. Ao conectar as perspectivas, é possível observar a crítica ao assistencialismo e a defesa de políticas públicas que vão além da lógica paliativa (Castel, 2003; Behring, 2003). Essa articulação teórica sugere que políticas sociais eficazes devem abordar simultaneamente as dimensões estruturais e simbólicas da exclusão, promovendo tanto a integração econômica quanto o pertencimento social.

Por fim, no contexto do capitalismo neoliberal, as políticas sociais manifestam-se como ferramentas de mediação entre o mercado e as demandas sociais, evidenciando tanto avanços quanto desafios. Os direitos conquistados pela Constituição de 88 enfrentam constantes ameaças de desmontes e precarização, no qual o modelo econômico neoliberal prioriza a lógica do mercado em detrimento da justiça social. Dessa maneira, analisar as características e desafios destaca a importância de um debate crítico sobre o papel do Estado e da sociedade civil na defesa e ampliação desses direitos.

2.3 A Precarização do trabalho e Neoliberalismo

No cenário neoliberal, as reformas econômicas e trabalhistas têm promovido uma série de transformações na precarização das relações de trabalho. Essa configuração impacta diretamente os trabalhadores, compreendendo que a flexibilização dos direitos trabalhistas contribui para as piores condições de vida. Em face a esse arranjo, as consequências da redução de recursos e enfraquecimento do papel do Estado, aumenta a informalidade e intensifica as desigualdades sociais.

No centro da análise de Andrade (2011), baseada na Ontologia de Lukács, está a ideia de que o trabalho não é apenas um meio para satisfazer as necessidades humanas, mas uma categoria ontológica que define a própria existência social. Ele é descrito como um "salto ontológico" que permite a transição do ser biológico ao ser social. Isso significa que o trabalho não apenas transforma a natureza externa, mas também molda a subjetividade humana. Nesse processo, "o homem não é apenas um transformador do mundo objetivo, mas também um ser que se transforma ao trabalhar" (Andrade, 2011, p. 20).

O trabalho, para Lukács, possui uma estrutura teleológica, o que implica que ele é orientado por objetivos e planejado conscientemente antes de ser realizado. Esse aspecto teleológico é o que diferencia o trabalho humano da mera atividade instintiva presente na natureza. Essa capacidade teleológica também permite que o trabalho seja o motor da evolução histórica e social. Ao transformar a natureza, o homem desenvolve novas habilidades, cria novas ferramentas e estabelece novas formas de organização social (Andrade, 2011).

Por outro lado, a totalidade social é compreendida como a articulação das várias dimensões da vida humana, enquanto conceito, é "o espaço onde todas as demandas e necessidades dos indivíduos e dos complexos sociais se encontram e são resolvidas por meio da mediação histórica e prática" (Andrade, 2011, p. 50). Em outras palavras, ela representa o horizonte em que a humanidade se desenvolve, unificando os diferentes complexos sociais. O papel predominante da economia na totalidade social não significa uma visão reducionista ou economicista. Ao contrário, enfatiza que "a economia é apenas uma das dimensões da totalidade social, mas sua centralidade decorre do fato de que ela organiza as condições materiais que permitem a reprodução de todas as outras esferas sociais" (Andrade, 2011, p. 45). Esse entendimento ressalta a importância de considerar a economia em interação com outras dimensões, como política, cultura e ideologia.

Em relação à economia, segundo Lukács, é o complexo social que ocupa o papel de "momento predominante" na reprodução social. Isso significa que, embora outros complexos sociais, como a linguagem, a cultura e o direito, sejam essenciais para a sociedade, é a economia que fornece as bases materiais necessárias para sua existência. Andrade (2011) explica que, "a economia é a esfera que organiza as relações entre o homem e a natureza, permitindo a satisfação das necessidades humanas e a criação de novos patamares de sociabilidade" (Andrade, 2011, p. 40).

Enquanto Lukács e Andrade descrevem a economia como um sistema que organiza as relações entre o homem e a natureza, é importante analisar como, no século XX, essa dinâmica foi profundamente alterada com a reestruturação produtiva, especialmente a partir da implementação dos modelos de produção fordistas e tayloristas. A modificação da estrutura de produção de mercadorias ocorreu em diversos segmentos da indústria, no qual os modelos de produção em massa passaram-se a serem concepções simbólicas dos fluxos de trabalho da otimização e exploração capitalista. Essa nova abordagem de produção foi gradual e desequilibrada, no qual foi responsável por reorganizar a produção do capital, promovendo aspectos estruturais, como avanços operacionais e técnicos, emergindo uma nova fase do setor industrial, controlada pela cooperação complexa (Alves, 2007).

Dentro dessa perspectiva, a reprodução social é apresentada como um processo dinâmico, que vai além da simples repetição do existente. Em vez disso, ela implica a produção contínua do novo. Andrade, ao interpretar Lukács, aponta que “o trabalho humano é uma prática criativa que continuamente redefine as condições materiais e culturais da existência, ampliando as possibilidades de sociabilidade” (Andrade, 2011, p. 70). Esse processo é dialético, pois envolve tanto a manutenção das estruturas sociais existentes quanto a criação de novas formas de organização social e individualidade. Andrade (2011, p.75) destaca que "a reprodução social requer a constante interação entre os indivíduos e a totalidade social, que por sua vez é transformada pelas novas demandas e possibilidades criadas pelo trabalho" Alves (2007), por sua vez, indica que

a “cooperação complexa” da produção do capital instaura-se uma etapa histórica de intensa socialização da produção social e de agudização das contradições do sistema mundial do capital, em que a linha de demarcação entre as instâncias das inovações tecnológicas, organizacionais e sócio metabólicas tende a tornar-se ainda mais tênue. Nesse caso, a idéia de produção do capital incorpora a totalidade social com os limites entre produção, circulação, distribuição e consumo tornando-se deveras sutis (nesse caso, as idéias de flexibilidade e integração explicitam, no plano lingüístico, alterações materiais ocorridas na forma social da produção do capital) (Alves, 2007, p. 14-15).

Por conseguinte, Harvey (1992), observa que dentro desse processo de produção, as mudanças nas estruturas de gestão e especialização do trabalhador evidenciam que o sistema de acumulação era duramente estruturado, com forte especialização. A flexibilidade da produção é definida pelo surgimento de novas divisões de produção de trabalho, ou seja, novas formas de produção e fornecimento de serviços, classificados como acumulação flexível. O autor explica que:

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" (ver Parte III) no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas, decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (Harvey, 1992, p. 140).

Dessa forma, as diferenças rítmicas e mesmo de gestão do modelo denominado por David Harvey de acumulação flexível, ela está diretamente vinculada à reorganização de formas de produção e trabalho, que impulsionada por maior eficiência, reduz custos para se adaptarem às mudanças no mercado, incentivando taxas de desemprego, perda de competências, baixo crescimento salarial e enfraquecimento sindical (Harvey, 1992). À medida que progride as novas formas de produção, a flexibilidade nas relações, se ajusta ao número de funcionários e as horas trabalhadas, acelerando a produção de novas mercadorias. Os meios para uma adaptação rápida às mudanças constantes do capital, depende de práticas flexíveis como a informalidade e a flexibilização de contratos para reduzir os custos e otimizar processos de trabalho. Hélder Pordeus Muniz, Emerson Moraes Teixeira e Cláudia Osório da Silva (2020) também discutem a fragmentação dos coletivos trabalhistas como um efeito resultante da precarização dos contratos de trabalho, gerando uma alta rotatividade que compromete a estabilidade dos acordos, exigindo constantemente novas reconfigurações.

A precarização do trabalho é um fenômeno amplamente associado ao avanço do neoliberal, que tem promovido a flexibilização das relações trabalhistas e a redução de garantias legais e institucionais para os trabalhadores. Essa dinâmica resulta de uma lógica de mercado que prioriza a competitividade e a maximização do lucro em detrimento das condições de trabalho, levando à intensificação da informalidade e à redução dos direitos trabalhistas (Antunes, 2008). Além disso, o neoliberalismo redefine o papel do Estado nas relações de trabalho, reduzindo sua capacidade regulatória e transferindo a responsabilidade pela proteção social para os indivíduos. Esse movimento afeta diretamente a qualidade do emprego, promovendo vínculos mais flexíveis, como contratos temporários, trabalho intermitente e subcontratação, que limitam o acesso dos trabalhadores aos direitos sociais básicos (Harvey, 2008).

Além da luta de classes, a análise de Castel (2003) introduz a "precariedade" como uma categoria transversal que afeta diferentes grupos sociais de maneira heterogênea. Na perspectiva do capitalismo contemporâneo, a precariedade não se limita à condição econômica, mas reflete a fragilidade dos vínculos sociais e institucionais que garantem a integração dos indivíduos. A precariedade se manifesta de formas distintas em diversos segmentos da sociedade, atingindo tanto trabalhadores formais quanto aqueles inseridos

em condições informais ou em situações de exclusão total. Essa condição não é uniforme, mas é mediada por fatores como gênero, raça, idade e localização geográfica, que modulam a intensidade e a natureza da exclusão. Assim, a precariedade emerge como uma categoria transversal que perpassa as classes sociais, destacando a complexidade das formas contemporâneas de vulnerabilidade (Castel, 2003).

Marx (1988), corrobora esse pensamento ressaltando que a precarização do trabalho é um elemento estrutural do modo de produção, presente nas transformações do capital. Contudo, não é um processo recente, manifestando-se como uma continuação da exploração do trabalho, localizada no contexto de elementos econômicos, sociais e políticos. A vulnerabilidade dos processos de trabalho, reforça a exploração e intensifica o problema do desemprego estrutural, prolongando jornadas de trabalho e expondo condições deterioradas. Representando uma das principais consequências da expansão do neoliberalismo, conduz os trabalhadores a instabilidade e receio de exigir seus direitos em razão do empecilho presentes nas diferenças de contratos- dessa forma, os trabalhadores não pertencem ao mesmo sindicato ou associação (Muniz; Teixeira; Silva, 2020). Diante disso, torna-se essencial a presença dos trabalhadores em locais de produção, pois facilita a mobilização e a negociação coletiva para a formação de sindicatos e organizações na luta por melhores condições de trabalho.

Outro aspecto relevante é a globalização, que, impulsionada pelo neoliberalismo, desloca a produção para regiões de menor custo e regulamentação trabalhista mais branda. Esse processo exacerba a precarização, especialmente nos países periféricos, que competem por investimentos internacionais flexibilizando ainda mais as leis trabalhistas e reduzindo os custos de produção (Antunes, 2018). A precarização também se manifesta na intensificação do trabalho e na deterioração das condições laborais, como jornadas extensas, salários baixos e falta de segurança no emprego. Essas mudanças afetam não apenas a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também sua saúde física e mental, contribuindo para o aumento da desigualdade social e da pobreza (Druck, 2011).

Junto com a Constituição de 1988, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), estabeleceu um conjunto de diretrizes que administram as leis de trabalho, entretanto,

com o desmonte, o Estado necessita se equilibrar entre a regulamentação de políticas que visem proteger os trabalhadores e o crescimento econômico. Sustenta Harvey:

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um "bom clima de negócios", para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas. (Harvey, 1992, p.160)

Perante esse contexto, podemos observar no Brasil, que com o fortalecimento das políticas neoliberais, as leis trabalhistas enfrentam dificuldades para a sua continuidade. A LEI 13.467, relacionada a Reforma Trabalhista de 2017³, foi aprovada com objetivo de simplificar as relações entre os empregados e empregadores. Entretanto, a reforma enfraqueceu os trabalhadores informais, aumentando as desigualdades e precarização das relações de trabalho.

Homologada pelo governo de Michel Temer (MDB), a reestruturação foi vista por muitos como um retrocesso aos direitos trabalhistas, aumentando a flexibilização do mercado de trabalho. A alteração nas regras de remuneração e jornadas de trabalho, e o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, estabeleceram uma nova estrutura para os direitos dos trabalhadores. Com a reforma trabalhista, uma das mudanças mais significativas foi constatada na possibilidade de os empregadores dialogarem diretamente com os trabalhadores, definindo suas demandas específicas, ademais, a flexibilização do horário e o crescimento do setor privado foram características desse novo arranjo. Introduzindo mudanças significativas, como a ampliação da terceirização, essas medidas, sob o argumento de modernização e geração de empregos, têm, na prática, aprofundado a precarização das relações laborais, fragilizando a posição do trabalhador diante do empregador (Pochmann, 2017).

Em relação ao profissional de Serviço Social está profundamente marcado pelas transformações sociais, políticas e econômicas que surgem principalmente com o avanço do neoliberalismo. Nesse contexto, o assistente social passa a lidar com um cenário de precarização do trabalho e enfraquecimento das políticas públicas, o que impõe desafios

³ Brasil. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/13467.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

para garantir direitos e atender as populações mais vulneráveis. Iamamoto (2007), destaca que o trabalho do assistente social, no contexto atual, é marcado por uma dualidade: por um lado, o profissional tem a função de garantir a proteção social e a cidadania, mas, por outro, enfrenta limitações impostas pela dinâmica neoliberal, que fragiliza o Estado de bem-estar social e limita as políticas públicas. Com isso, o avanço neoliberal, aliado a políticas governamentais que priorizam a flexibilização do mercado, intensifica a precarização das condições de trabalho, reafirmando que esse problema não é apenas teórico, mas um fenômeno palpável que afeta milhões de trabalhadores em todo território brasileiro.

Em suma, diante das transformações promovidas pelo avanço neoliberal, a flexibilização das políticas de proteção ao trabalho resultou em uma precarização das relações. Os reflexos negativos para a classe trabalhadora são evidentes no aumento do desemprego e na crescente informalidade. Sob essa ótica, o desmonte de políticas, a minimização do papel do Estado e a flexibilização das leis trabalhistas, corrompem a dignidade no ambiente de trabalho. Assim, mostra-se urgência de fermentação e execução de políticas para assegurar os direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho.

3 TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

A atuação profissional no Serviço Social envolve diversas dimensões que refletem a complexidade e as responsabilidades do trabalho em contextos sociais específicos, abrangendo aspectos éticos, técnicos, políticos, pedagógicos e sociais. Esses elementos orientam o assistente social em sua prática cotidiana, garantindo que suas ações sejam coerentes. De acordo com Yamamoto e Carvalho (1983), o assistente social desempenha um papel crucial como intermediário entre o Estado e as necessidades da população, promovendo a justiça e a inclusão social. Para exercer sua função, é fundamental que o profissional tenha domínio de fundamentos teóricos- metodológicos técnicos- operativos e ético-políticos, que lhe permitam compreender as dinâmicas sociais e a vida em sociedade.

3.1 As dimensões constitutivas do trabalho profissional

Os princípios do trabalho no Serviço Social são discutidos à luz das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), que afirmam que a atuação do assistente social deve abranger três dimensões: teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa. Com base nessas dimensões, é possível refletir sobre as estratégias e técnicas de intervenção profissional, considerando quatro questões centrais: o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer. Assim, compreende-se que a prática do assistente social não se resume à execução de tarefas, mas também envolve uma dimensão intelectual e ontológica, considerando as particularidades de sua atuação nos variados contextos sócio-ocupacionais onde exerce seu trabalho.

O trabalho do profissional de Serviço Social, está situado no campo político-ideológico, onde ele é convocado a desempenhar funções de controle social para reproduzir a ideologia dominante, principalmente junto aos grupos mais marginalizados. No entanto, há a possibilidade de direcionar suas ações para objetivos sociais diferentes daqueles esperados pelos empregadores, como a promoção da cidadania para todos e a efetivação dos direitos sociais, civis e políticos. Essa possibilidade surge devido às contradições que marcam as relações sociais dentro da sociedade capitalista, onde

diferentes interesses sociais, estão presentes. Esses conflitos de interesses se refletem nas instituições, gerando disputas políticas e sociais pela construção de hegemonias e pelo estabelecimento de formas de controle social (Iamamoto, 2007). Para enfrentar as expressões da “questão social” em diversos contextos sócio-ocupacionais, o assistente social precisa de uma base teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para direcionar suas ações.

Na dimensão teórico-metodológica é comum que alguns assistentes sociais defendam uma distinção entre “teoria e prática”. Para Santos (2006), essa visão desconsidera a interdependência entre esses dois elementos. Essa separação induz a ideia de que a prática pode ocorrer sem uma base teórica sólida ou que a teoria não tem impacto direto nas realidades vividas pelos indivíduos. A dificuldade de integrar teoria e prática revela uma compreensão inadequada sobre as dimensões que formam os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho do assistente social. Além disso, a crença de que “na teoria, a prática é outra” surge de um entendimento superficial da teoria, vista como algo que se traduz diretamente na prática, sem considerar suas complexidades, e que, por si só, forneceria um guia claro para a intervenção. Dessa maneira, a prática é muitas vezes entendida apenas como o uso de técnicas e ferramentas, sem se levar em conta os conceitos e princípios (Santos, 2006).

A teoria e a prática são inseparáveis, uma vez que a atuação do assistente social deve ser fundamentada em uma análise profunda das causas estruturais das desigualdades. Simultaneamente, a interação com a realidade social possibilita ao profissional refletir e adaptar seu conhecimento teórico, garantindo que esteja atualizado e atento às novas exigências da profissão (Netto, 1996). A conexão entre teoria e prática é fundamental para o aprimoramento de competências críticas e reflexivas. Essas habilidades permitem que o assistente social atue de maneira criativa e ajuste suas abordagens de intervenção conforme as particularidades de cada grupo atendido (Henríquez, 2001).

Na atuação profissional do assistente social, a dimensão ético-política desempenha um papel fundamental. Ao tratar da ética nessa profissão, ela se relaciona diretamente aos princípios e valores defendidos pelo Código de Ética. Segundo Barroco (2008), a ética profissional deve ser vista de forma mais abrangente, pois os valores que guiam a

prática profissional são essenciais para as escolhas, decisões e julgamentos feitos pelo assistente social em sua rotina. Dessa maneira, a dimensão ética no Serviço Social se manifesta de forma concreta na prática, ou seja, nas ações cotidianas realizadas no processo de trabalho, sempre pautadas por uma postura crítica e consciente, alinhada à defesa dos direitos dos usuários. Além disso, a ética constitui uma parte essencial oferecendo orientações para uma atuação responsável e voltada para os direitos humanos. Iamamoto (2007) destaca que a atuação na área do Serviço Social exige uma atualização contínua do saber, uma vez que as transformações sociais, tecnológicas e científicas influenciam as realidades que são atendidas. Para Iamamoto (2001), a ética no Serviço Social não pode ser dissociada da política, visto que o objetivo dessa profissão é promover a construção de sujeitos coletivos dentro de uma sociedade democrática e justa.

No campo do Serviço Social, a política representa uma ampliação do trabalho do assistente social na proteção dos direitos sociais e na luta contra as desigualdades. A atividade do assistente social não é isenta de posições, pois está localizada em um ambiente sociopolítico que impacta diretamente suas condições de trabalho e as oportunidades de transformação social. As relações de poder e as políticas públicas possibilitam que o assistente social efetue mudanças que favoreçam as comunidades mais fragilizadas (Coutinho, 1999). Diante disso, Iamamoto (1992) ressalta que o profissional de Serviço Social trabalhe para assegurar que o Estado possibilite a fruição de direitos e favoreça a criação de condições de vida adequadas para todos.

A dimensão técnico-operativa deve ser entendida não apenas como a aplicação de habilidades técnicas e instrumentais, mas como o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo assistente social para alcançar um objetivo específico. Isso implica, portanto, a necessidade de avaliar os resultados e os efeitos dessas ações. Nessa dimensão, estão incluídos elementos como “estratégias, táticas, instrumentos, técnicas, conhecimentos especializados, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, além das particularidades dos contextos organizacionais” (Santos et al., 2012, p.20). A combinação da prática técnica com o conhecimento acadêmico é essencial para uma atuação qualificada, que atenda às demandas dos usuários. Para Lessa (1996) a expertise técnica capacita o assistente social a lidar com os desafios diários, enquanto o

saber científico enriquece a compreensão das origens e dos contextos das questões sociais, permitindo uma intervenção mais embasada e efetiva.

De forma complementar, a esfera educacional dentro do Serviço Social inclui a função do assistente social como educador e guia. Lewgoy (2009) salienta que esse profissional não se limita a fornecer serviços, mas também instrui e apoia os usuários no desenvolvimento de competências, na compreensão de seus direitos e na defesa destes. Essa vertente educacional é crucial para fomentar a autonomia dos usuários. Segundo Barroco (2001) a função educativa no Serviço Social vai além da mera entrega de informações, ela abrange o desenvolvimento de uma consciência crítica nos atendidos, permitindo que eles entendam o contexto em que estão inseridos. Ademais, a esfera social de igual forma contribui e influencia a atuação do assistente social exerce sobre a sociedade. O engajamento na transformação social requer do assistente social não apenas sensibilidade, mas também a habilidade necessária para enfrentar os desafios, propiciando mudanças relevantes. Yazbek (1984) evidencia a importância de o assistente social estar ciente das realidades enfrentadas pelos grupos que atendem, dedicando-se a iniciativas que favoreçam a inclusão e a justiça social, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa. E por fim, as diretrizes educacionais estabelecem habilidades fundamentais que o assistente social deve cultivar durante sua formação, incluindo a capacidade de análise crítica, a proficiência técnica e a empatia para abordar questões éticas. Tais habilidades englobam a capacidade de entender a estrutura social, reconhecer as necessidades dos usuários e mobilizar recursos e estratégias de intervenção que favoreçam a inclusão social. Assim, a formação vai além do conhecimento técnico; ela busca desenvolver uma prática que seja fundamentada e comprometida com a transformação social (Lewgoy, 2009).

Dentro desse contexto, a atuação do assistente social surge como uma resposta às mudanças e injustiças que afetam a sociedade atual, buscando garantir condições de vida iguais para todos (Netto, 1996). As dimensões que compõem o trabalho no Serviço Social não atuam de maneira isolada; elas se conectam e se complementam, formando uma prática profissional integrada. Iamamoto e Carvalho (1983) destacam que essas dimensões constituem um sistema coeso, onde cada uma delas favorece o desenvolvimento de uma abordagem sólida e alinhada aos valores humanos e sociais.

Apesar de o assistente social ter autonomia ética e técnica, assegurada pelo Código de Ética e pelas leis que regulamentam a profissão, ele exerce seu trabalho em um ambiente coletivo, organizado dentro de condições sociais específicas. Também, a atuação no Serviço Social transcende a mera profissão, representando um compromisso com o avanço humano e a defesa dos direitos sociais.

Em síntese, o trabalho em Serviço Social, entendido como uma atividade profissional, demanda aptidões que vão além do saber técnico, englobando uma análise crítica das questões sociais e um engajamento na melhoria das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade. Como mencionado por Iamamoto (2007), o Serviço Social atua como um intermediário, focando na defesa dos direitos sociais e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. A atuação do serviço social é baseada nas dimensões teórico- metodológica, ético- política e técnico- operativa que direcionam a formação dos profissionais, assegurando que eles estejam preparados para lidar com as necessidades e os desafios da sociedade atual. O envolvimento ético, político e técnico, juntamente com a habilidade de reflexão crítica são elementos essenciais que aprimoram a prática do assistente social e consolidam sua função como agente de mudança social.

3.2 Atribuições e competências profissionais

As atribuições e responsabilidades dos profissionais de Serviço Social no Brasil estão definidas pela LEI nº 8.662/93, sancionada em 7 de junho de 1993⁴, que regula a atuação dos assistentes sociais, delimitando suas funções e áreas de trabalho. Essa legislação afirma que o Serviço Social pertence ao campo das ciências sociais e humanas, tendo como meta enfrentar a “questão social”, facilitando o acesso a direitos sociais e colaborando para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa. A norma também enfatiza que a prática do assistente social deve ser orientada por valores

⁴ Brasil. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

éticos e um compromisso com a justiça social, que são princípios essenciais para a atuação profissional.

O assistente social tem a função de planejar, implementar e avaliar políticas e programas sociais que visam atender às necessidades de grupos em situação de vulnerabilidade. Destaca Henríquez (2001), que esse profissional deve realizar ações que favoreçam a inclusão social, garantindo o acesso a direitos e recursos fundamentais para a população. Suas responsabilidades incluem atividades como diagnóstico social, elaboração de projetos de intervenção, mediação de conflitos e monitoramento dos usuários em suas interações com as instituições de assistência social. Além do mais, o assistente social precisa desempenhar o papel de intermediário entre a sociedade civil e o Estado, facilitando a integração dos usuários aos serviços disponíveis (Coutinho, 1999). As habilidades do assistente social incluem conhecimentos especializados que asseguram um trabalho competente e alinhado aos princípios éticos e sociais da profissão, trabalhar em colaboração e coordenar esforços com outros profissionais torna-se crucial, uma vez que a atuação do profissional atua em um campo interdisciplinar e intersetorial.

A ética profissional representa um dos fundamentos essenciais das habilidades do assistente social, guiada pelo Código de Ética da profissão, que enfatiza a importância do respeito pela dignidade humana e a dedicação à transformação social. Segundo Netto (1996), o assistente social deve operar com uma perspectiva crítica e libertadora, que respeite a autonomia dos indivíduos e incentive a igualdade no acesso aos direitos. A competência ética abrange a habilidade de reconhecer e enfrentar práticas que promovem discriminação e exclusão, adotando uma postura firme em favor da justiça social. Além de orientar a conduta no ambiente de trabalho, o profissional deve conectar políticas públicas e formar colaborações com várias organizações e serviços. Diante disso, o assistente social serve como um intérprete entre o Estado e a sociedade civil, incentivando a colaboração entre diferentes áreas para atender às demandas sociais de indivíduos e grupos. Essa conexão possibilita uma abordagem mais abrangente e integrada para os desafios sociais, aumentando a eficácia das políticas de amparo social, no qual o engajamento do profissional com a justiça social é um aspecto essencial para sua atuação (Henríquez, 2001; Yamamoto, 2007). A responsabilidade ética é

particularmente significativa em um contexto como o brasileiro, onde as desigualdades sociais persistem de forma acentuada e impactam a vida de milhões de pessoas (Yazbek, 1984).

Por sua vez, a prática interventiva do assistente social deve realizar funções que exigem sensibilidade, flexibilidade e um conhecimento abrangente sobre políticas sociais e políticas públicas. Iamamoto (2007), traz a intervenção promovida pelo assistente social como objetivo reconhecer e minimizar os elementos que levam à marginalização e exclusão social. Isso envolve a criação de projetos de assistência social, o atendimento direto às necessidades dos usuários e a formação de redes de apoio e serviços que ajudem a assegurar os direitos sociais. O profissional deve acompanhar e avaliar a efetividade das políticas sociais implementadas, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e ética (Martinelli, 2008).

O contexto brasileiro, que é caracterizado por grandes desigualdades, o assistente social assume um papel de defensor dos direitos individuais e da promoção de políticas públicas mais inclusivas (Iamamoto, 1992). A atualização das habilidades dos assistentes sociais é uma necessidade contínua, dado o progresso das demandas sociais e das políticas públicas. Dessa forma, investir em formação continuada e especialização é crucial para que esses profissionais se mantenham alinhados às mudanças sociais e às novas metodologias de atuação. Esse desenvolvimento aprimora a habilidade para atender de forma eficiente e ética às necessidades comunitárias, além de promover a profissionalização e valorização da atuação no Serviço Social (Lewgoy, 2009). As responsabilidades e habilidades dos profissionais de Serviço Social no Brasil evidenciam a complexidade e a importância dessa profissão nas políticas sociais. O assistente social atua como um agente de mudança social, fundamentando sua atuação em princípios éticos, conhecimentos técnicos e um firme comprometimento com a defesa dos direitos humanos e sociais. A carreira de serviço social demanda uma base de conhecimento sólida e ética ao abordar as realidades de vida e os anseios de pessoas em situação vulnerável.

A profissão de Serviço Social é baseada em orientações que visam aprimorar o trabalho interventivo e fomentar uma prática que atenda de maneira eficaz às necessidades sociais. As responsabilidades e habilidades dos profissionais dessa área

são frequentemente testadas pelas condições sociais, o que demanda um constante aprimoramento profissional e uma atitude ética e reflexiva em seu desempenho. Para Barroco (2001), o assistente social facilita o acesso aos direitos sociais e promove a autonomia de indivíduos e grupos que atende. Assim, a atuação do assistente social transcende o mero cumprimento de normas: trata-se de uma prática crítica e consciente, focada na promoção da dignidade e do bem-estar social. O desenvolvimento das habilidades dos assistentes sociais, que abrange aspectos de gestão, comunicação e análise de políticas sociais, é vital para que esses profissionais possam lidar com os desafios da sociedade contemporânea.

Conforme Netto (1996), a educação continuada e a habilidade de realizar uma análise crítica são fundamentais para que o assistente social se ajuste às novas necessidades sociais e mantenha uma postura ética e dedicada à mudança social. Assim, o assistente social desempenha uma função crucial na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, servindo como um agente de mudança social e promoção da cidadania. A atuação proativa do assistente social nos ambientes de criação de políticas garante que sua atuação seja guiada não apenas pelas exigências institucionais, mas também pela urgência de fomentar transformações significativas na sociedade. A análise contínua das políticas públicas é um aspecto crucial na atuação do assistente social, pois possibilita a identificação de falhas, a avaliação da eficácia e a sugestão de modificações que possam facilitar o cumprimento dos objetivos estabelecidos (Netto, 1996). Este processo é vital para assegurar a adequada alocação de recursos e garantir que as políticas efetivamente fomentem a inclusão e melhorem as condições de vida da população.

Portanto, a função do assistente social no Brasil está profundamente conectada à defesa dos direitos humanos e à busca por justiça social, o que demanda um engajamento ético e político com os valores de igualdade e dignidade. O assistente social deve implementar práticas que valorizem a diversidade e que se oponham a qualquer forma de discriminação ou violação de direitos. Esse compromisso ético requer uma atuação que respeite a autonomia dos usuários e promova sua capacidade de auto-organização, visando fortalecer sua participação ativa na sociedade. Diante de um cenário repleto de desafios e novas exigências sociais, os profissionais de Serviço Social

necessitam de uma formação robusta e contínua para lidar com essas complexidades. Essa capacitação envolve não apenas o aprimoramento de habilidades técnicas e teóricas, mas também a promoção de uma postura ética e crítica que possibilite questionar e modificar as estruturas que fomentam a exclusão e a desigualdade. A dedicação do assistente social aos direitos humanos e à justiça social confere à sua atuação um caráter transformador, direcionado para a criação de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

3.3 Desafios profissionais na contemporaneidade

Os obstáculos que o Serviço Social enfrenta na atualidade estão se tornando progressivamente mais complexos e interligados a problemas estruturais e globais, como as mudanças econômicas, sociais e políticas influenciadas por práticas neoliberais. Em um cenário caracterizado pela globalização e pelo avanço tecnológico, os profissionais dessa área lidam com novas formas de exclusão e desigualdade, o que intensifica a necessidade de soluções criativas e flexíveis.

A profissão demanda que os assistentes sociais estejam aptos a enfrentar demandas cada vez mais variadas e a atuar em ambientes com alta vulnerabilidade, reagindo a fenômenos como a precarização do trabalho e o enfraquecimento dos direitos sociais, no qual a flexibilização nas relações de trabalho e a deterioração das condições laborais influenciam de maneira significativa a prática dos assistentes sociais.

Diante do contexto neoliberal, marcado pela diminuição dos investimentos em programas sociais e a restrição de direitos trabalhistas, esses profissionais enfrentam um desafio constante de obter resultados em meio a recursos escassos. Conforme indicado por Antunes (2007), essa precarização não prejudica apenas as condições de trabalho, mas também compromete a autonomia e a segurança profissional, que precisam atuar em cenários de pressão e incerteza. Dessa forma, resulta na desvalorização da categoria, o que compromete a realização eficaz de suas atividades e a promoção de um trabalho ético e de qualidade.

A globalização é outro fenômeno que traz desafios significativos para o trabalho do Serviço Social. Com o aumento das desigualdades entre diferentes classes sociais e

regiões, novos tipos de vulnerabilidade se tornam evidentes, exigindo respostas ágeis e específicas. Esse processo de economia internacional tem um impacto direto na vida das pessoas que vivem na pobreza, aprofundando a exclusão social e enfraquecendo as redes de proteção social (Netto, 1996). Assim, é fundamental que os assistentes sociais atuem com uma abordagem crítica e multidimensional, que leve em conta como os fatores globais influenciam as realidades locais. A deterioração dos serviços públicos e a falta de recursos são barreiras que os assistentes sociais enfrentam cotidianamente, exigindo deles criatividade e resiliência para lidar com essas dificuldades (Antunes, 2007). Em um cenário de recursos escassos, a habilidade para atuar em rede se torna essencial para maximizar os recursos e expandir o impacto dos serviços disponibilizados (Lewgoy, 2009).

Outro desafio enfrentado pelo Serviço Social é a exigência de uma abordagem interdisciplinar, que leva em conta a natureza complexa dos problemas sociais e incorpora saberes de diferentes campos, como psicologia, sociologia e direito. A prática interdisciplinar requer um contínuo empenho além de uma atitude ética e cooperativa que promova o diálogo entre profissionais de diversas áreas. As estratégias neoliberais, marcadas pela diminuição da atuação estatal e pela valorização dos interesses do mercado, colocam empecilhos ao Serviço Social no Brasil. A redução de aportes em políticas sociais e a entrega de serviços públicos à iniciativa privada impactam diretamente o trabalho dos assistentes sociais, que enfrentam um cenário cada vez mais restrito em suas ações de intervenção (Yazbek, 1984). Essa situação exige que os profissionais adotem uma postura crítica e combativa, buscando resistir às pressões para o atendimento social e promover a defesa dos direitos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Ademais, o emprego de tecnologias digitais na atuação oferece tanto vantagens quanto dificuldades. Enquanto as inovações tecnológicas promovem uma administração mais eficaz das informações e melhoram a comunicação com os beneficiários, também surgem preocupações relacionadas à privacidade e proteção dos dados (Coutinho, 1999). O profissional precisa estar ciente das questões éticas associadas à utilização dessas ferramentas, assegurando que os direitos dos usuários sejam respeitados e que as informações pessoais sejam manuseadas com confidencialidade e segurança.

Em períodos de crise e polarização, os profissionais frequentemente enfrentam conflitos de interesse, pressões das instituições e dilemas éticos desafiadores, o que torna imprescindível uma reflexão contínua sobre os limites e as oportunidades de sua atuação. Dessa maneira, a formação dos profissionais de Serviço Social deve ser incessantemente renovada para atender às novas exigências e mudanças sociais (Iamamoto, 1992). Isso abrange a especialização em questões emergentes, como violência de gênero, políticas de diversidade e inclusão, além das consequências das tecnologias contemporâneas. Por isso, a educação continuada é essencial para assegurar uma atuação qualificada e atualizada, que responda às necessidades dos usuários de forma eficiente.

Os profissionais de Serviço Social regularmente trabalham em ambientes de grande vulnerabilidade, onde conflitos, violência e condições precárias são recorrentes. Conforme Lewgoy (2009), atuar nesse cenário demanda uma habilidade de mediar e dialogar, visando fortalecer as redes de apoio das pessoas. Os desafios diários incluem enfrentar traumas, violações de direitos e crises familiares, o que exige competências específicas e uma abordagem humanizada que preza pela dignidade e pelo respeito aos atendidos. A desigualdade entre as regiões do Brasil representa um elemento que agrava as dificuldades, demandando que os profissionais se ajustem às especificidades locais. Essa situação requer uma abordagem prática que seja tanto adaptável quanto criativa, permitindo a busca por métodos alternativos de intervenção.

Diante disso, a valorização da profissão é uma questão crucial para os assistentes sociais, que lidam com salários baixos e um reconhecimento muitas vezes restrito em diversas instituições (Iamamoto, 2007). A busca por essa valorização envolve a exigência de condições de trabalho adequadas, remunerações justas e o reconhecimento como uma profissão essencial para promover a justiça social e a inclusão. A mobilização e a organização da classe são abordagens fundamentais para fortalecer a profissão e assegurar que os assistentes sociais tenham a capacidade de exercer suas funções de maneira completa e respeitosa.

Desse modo, a atuação profissional se estabelece como uma resposta às necessidades de assistência e proteção das pessoas afetadas. Os profissionais dessa área têm um papel vital na coordenação de serviços e na formação de redes de amparo,

favorecendo a independência. Eles atuam em diversas áreas, incluindo o suporte às vítimas em abrigos temporários, o acompanhamento psicológico e social, além de fornecer orientações sobre os direitos legais disponíveis, com o objetivo de assegurar um atendimento integral e acolhedor. A intervenção do Serviço Social nesse cenário é fundamentada na compreensão de fenômeno social complexo, que requer uma abordagem que envolva múltiplas disciplinas e setores (Netto, 1996).

Nessa perspectiva, o assistente social enfrenta desafios a fim de compreender as particularidades de cada caso, levando em conta os aspectos sociais, econômicos e culturais. Utilizando as ferramentas de diagnóstico social e técnicas de intervenção com o objetivo de entender a realidade dos indivíduos, criando um ambiente seguro onde eles possam compartilhar suas necessidades e preocupações. Essa escuta atenta e empática é fundamental para que as intervenções sejam eficazes e respeitem a individualidade de cada situação.

Portanto, no atual contexto de capitalismo neoliberal, o Serviço Social, de forma sintética, enfrenta importantes desafios: [1] lidar com formas mais profundas de exclusão, desigualdade e vulnerabilidade, exigindo não somente criatividade mas imprimindo grandes desafios à sua práticas; [2] a precarização do trabalho e o enfraquecimento dos direitos sociais são duros fenômenos que atingem grupos importantes e ampliam o espectro das dificuldades; [3] a escassez de recursos, a deterioração dos serviços públicos e a privatização em larga escala repercutem na fragilização da ação do Estado nas políticas públicas e ações sociais em geral; [4] com a tecnologia sendo espreada e digitalização das práticas do Serviço Social, todo dado se torna uma mercadoria valiosa e que gera fortes preocupações quanto à inviolabilidade do direito à privacidade; [5] violência de gênero e raciais são formas evidentes da combinação entre neoliberalismo e conservadorismo, que desafiam a prática do Serviço Social.

Logo, em momentos de crise econômica, como os que vivemos atualmente, a atuação dos assistentes sociais se torna ainda mais importante, pois permite a elaboração de estratégias de enfrentamento que favorecem a segurança e o bem estar dos cidadãos. O Serviço Social desempenha um papel transformador ao promover a autonomia do indivíduo sem situações de vulnerabilidade. Possibilita que essas pessoas desenvolvam suas habilidades, adquirindo competências e conhecimentos que lhes

ajudem a enfrentar as dificuldades geradas pelas desigualdades sociais. Segundo Henríquez (2001), o Serviço Social funciona como um recurso que incentiva sua capacidade de se organizar e resistir às adversidades. Esse enfoque emancipatório é fundamental para que a população reivindique seus direitos e busque uma vida mais digna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se que este estudo possibilitou um entendimento mais amplo sobre as transformações sociais no contexto do capitalismo contemporâneo, especialmente diante da ascensão neoliberal. Essa corrente ideológica visa reformular as práticas econômicas e sociais, impactando diretamente a vida das populações mais vulneráveis, gerando desigualdades e reduzindo a garantia de direitos. Ao longo deste trabalho, ficou evidente que o avanço neoliberal afetou vários aspectos da sociedade, da economia e das relações laborais. Conclui-se que o neoliberalismo não só aprofundou as desigualdades, como também fragilizou os direitos sociais e precarizou as relações de trabalho, criando novos obstáculos para a atuação do Serviço Social.

A doutrina neoliberal, cujo propósito é privilegiar o mercado em detrimento da justiça social, impõe uma série de mudanças e tensões entre as classes. Nesse sentido, é crucial destacar que, dentro dessa perspectiva, as transformações sociais e econômicas influenciam diretamente o trabalho do profissional de Serviço Social, que precisa enfrentar desafios complexos em sua atuação. Durante a análise, foi possível observar que as contradições do sistema evidenciam as desigualdades presentes no processo de expansão capitalista.

A análise bibliográfica e documental revela que os reflexos neoliberais moldam a “questão social”, a qual está intrinsecamente ligada às transformações históricas e capitalistas, gerando implicações e conflitos sociais. Sob essa ótica, é essencial ressaltar que as políticas sociais enfrentam consideráveis obstáculos em sua implementação e execução. As políticas sociais são respostas a diversas dinâmicas sociais, mas sofrem com a focalização, os cortes e a privatização de serviços essenciais, que são garantidos pela Constituição Federal de 1988. Além disso, o avanço neoliberal, por meio das

reformas trabalhistas, afeta as relações de trabalho, ocasionando a flexibilização e suas consequências para os trabalhadores.

É notório perceber que a fragilização das leis trabalhistas aumenta a taxa de desemprego e contribui para o crescimento da informalidade. Diante desse cenário, o Estado atua como mecanismo regulador, não apenas com o objetivo de promover o bem-estar social, mas também como regulador da economia, embora tenha sua atuação diminuída. Assim, a atuação estatal sofre influência de fatores políticos, sociais e econômicos, com a função de manter as relações capitalistas.

O Serviço Social, como profissão no campo das ciências sociais, tem o objetivo de atuar como intermediário, defendendo direitos sociais e promovendo uma sociedade justa e equitativa. Nessa prática, o envolvimento das dimensões teórico metodológico, ético-político e técnico-operativo devem estar presentes. Com base nas diretrizes que orientam sua formação, o assistente social se consolida como um profissional de transformação social, com a responsabilidade de planejar, implementar e avaliar políticas e programas sociais. Contudo, a profissão permanece essencial para a construção de uma sociedade mais justa, pois é comprometida com a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a cidadania. Assim, o profissional precisa ter uma visão crítica, além de habilidades técnicas e teóricas, para questionar e modificar estruturas que favoreçam a exclusão e as desigualdades.

Os desafios contemporâneos enfrentados pelos profissionais de Serviço Social, diante das práticas neoliberais, exigem que esses profissionais sejam capacitados para atuar em ambientes de alta vulnerabilidade, frequentemente acentuada pelo neoliberalismo. A globalização é outro fator relevante, pois representa um fenômeno que traz desafios significativos, exigindo respostas mais rápidas e específicas. Principalmente, é essencial que a atuação profissional esteja alicerçada nas dimensões constitutivas do trabalho, as quais são mutuamente interligadas e não devem ser tratadas isoladamente. Dessa maneira, é necessário que a prática profissional se concentre em garantir a qualidade do serviço prestado, em benefício da população mais vulnerável. Da mesma forma, é fundamental destacar que, para que a atuação profissional seja eficaz, a redução da agenda neoliberal é imprescindível.

5 REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANDRADE, Mariana Alves de. Trabalho e totalidade social: o momento predominante da reprodução social na Ontologia de Lukács. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social. Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagiosupervisionadoii/Bibliografia/complementar/Politica%20social%20%20fundamentos%20e%20historia%20-%20BEHRING-%20ELAINE.pdf/at_download/file. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília:1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 de out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BURGINSKI, Vanda Micheli. Neo-Keynesianism and neo-developmentalism: ideological expressions of the neoliberal state. Revista Katálysis, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 423-433, maio-ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/jsbkNBYyhytyPmc4fjkZhfb/>. Acesso em: 24 out. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique. Xadrez internacional e social- democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido Carlos. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise. 2.ed. Brasília: IPEA, 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. especial, p. 1011-1004, dez. 2012.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). Trabalho informal de Temer prejudica recuperação da economia. Brasil de Fato, 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/trabalho-informal-de-temer-prejudica-recuperacao-da-economia-7d98>. Acesso em: 30 out. 2024.

COIMBRA, Marcos. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, Sérgio *et.al.* Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética do/a Assistente Social: Lei nº 8.662/93. 10.ed. revista e atualizada. Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assististida. Campinas: Autores Associados, 1995.

BRAIDE, Sônia. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. 4º reimp. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

DRUCK, Maria da Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. Cadernos CRH, v. 24, n. 62, p. 679-692, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/crh/a/2vYnZ8CnGpSChJhNGnFsVzL/>. Acesso em: 28 out. 2024. em: 30 out. 2024.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. Economia

e Sociedade, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 183–238, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643175>. Acesso em: 17 nov. 2024.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. O Neoliberalismo, história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HENRÍQUEZ, Antônio. Serviço Social. Ética, deontologia e projectos profissionais. Lisboa: CPIHTS; Madri: Veras; São Paulo: ICSA, 2001.

HOBBSAWM, Eric. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. 6.ed. Rio de Janeiro: Gen Grupo Editorial Nacional, 2011.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Caderno Cades, ano XXI, n.55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/>. Acesso em: 28 de out. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Villela Iamamoto. – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez/Celats, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 30 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Perspectiva da política social no Brasil. Brasília: IPEA, 2010.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 52. São Paulo: Cortez, 1996.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINELLI, Maria Lucia. Serviço Social: identidade e alienação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro primeiro. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Tomo I).

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/>. Acesso em: 24 out. 2024.

MOREIRA, Claudiomiro Ramos. Discutindo a questão social em um contexto neoliberal. In: Anais do IV seminário internacional de políticas públicas, intersectorialidade e família. Porto Alegre: Editora PUCRS, 23-25. out.2019.

MUNIZ, Hélder Pordeus; TEIXEIRA, Emerson Moraes; SILVA, Cláudia Osório da. Desafios colocados pelas estratégias neoliberais de precarização do trabalho para a pesquisa-intervenção voltada para a transformação das situações de trabalho. Revista Psicologia: Teoria e Prática, v. 23, n. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000100003. Acesso em: 30 out. 2024.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

POCHMANN, Marcio. A Terceira transformação do trabalho e os desafios para o Brasil. Revista Política Social e Desenvolvimento, n. 1, p. 56-72, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rspdp/a/Hf9VB6aPb>. Acesso em: 28 out. 2024.

RUA, Maria. das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. 2009. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 29 de out. 2024.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2012. p.15-38.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro: 2006.

SANTOS, Josiane Soares. O enfraquecimento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

SENADO FEDERAL. Aprovada em 2017, a reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-t-trabalhar-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 30 out. 2024.

SOARES, Laura Tavares. Os custos do ajuste neoliberal na América Latina. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita (org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social/PUC-SP. *Serviço Social & Sociedade*, n. 14. São Paulo: Cortez, 1984.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* - Ano. 2, n. 3 . Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 33-40.